

POTENCIALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O ECOTURISMO A PARTIR DO FORTALECIMENTO DA PRÁTICA DE CAIAQUE

Claudia Lusiane de Souza Dias Santos¹

Maria Elisa Ferreira de Queiroz²

Resumo: No norte do Brasil, o turismo e a agricultura são substanciais para a economia da região embora os impactos ambientais, incluindo desmatamento e poluição sejam alarmantes. Atividades planejadas dentro de uma proposta de Educação Ambiental focada no ecoturismo poderão ser alternativas para tornar municípios ribeirinhos mais sustentáveis. Desta forma, objetivou-se planejar uma atividade econômica, com o uso do caiaque para navegação, que visa potencializar a existente, considerando-a de baixo impacto e relevante aceitação social. Como plano de ação, propõe-se organizar roteiros aliados a políticas de conservação, de criação de espaços não-formais de Educação Ambiental e de favorecer uma maior participação social na economia local.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Ecoturismo; Sustentabilidade; Desenvolvimento Econômico.

Abstract: In the north of Brazil, tourism and agriculture are substantial to the region's economy although the environmental impacts, including deforestation and pollution, are alarming. Activities planned through a proposal of environmental education focused on ecotourism could be alternatives for making riverside municipalities more sustainable. In this way, the aim was to plan an economic activity, using kayaks for navigation, which aims to enhance the existing one, considering it to be of low impact and relevant social acceptance. As an action plan, it is proposed to organize routes allied to conservation policies, the creation of non-formal spaces for environmental education and to encourage greater social participation in the local economy.

Keywords: Environmental Education; Ecotourism; Sustainability; Economic Development.

¹ Instituto Federal do Pará. E-mail: clusiane@gmail.com,
Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2292571382562439>

² Instituto Federal do Pará. E-mail: elisa.queiroz@ifpa.edu.br,
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5880645906450172>

Introdução

O ecoturismo é um segmento do turismo que corresponde à visitação e uso de áreas naturais para o esporte e lazer, mas que se fundamenta na conservação ambiental e desenvolvimento sustentável (WEAVER; LAWTON, 2007). Desde a década de 80, muitos discursos e acordos internacionais que refletiam as preocupações humanas sobre o meio ambiente tomaram forma em conferências, fóruns e documentos, tentando garantir que o avanço da economia não coloque em risco os recursos para as gerações futuras (JAREÑO, 2020). Neste sentido, o ecoturismo vem se intensificando como uma prática econômica que deve conservar os habitats naturais e as espécies locais (ALMEIDA et al., 2009), de modo que os impactos negativos sejam minimizados a partir da adoção de medidas que considerem os ecossistemas, possibilitando a implementação da Educação Ambiental tanto para os visitantes quanto para as comunidades locais (CAMARGO; COELHO, 2021).

A Educação Ambiental que deve compor a formação cidadã para o respeito, a proteção e o uso consciente dos recursos (BRASIL, 1999), encontra na atividade ecoturística um cenário propício ao entendimento da ontogenia das práticas produtivas que dependem diretamente de um ambiente equilibrado (BALOCH et al., 2023). Para ser efetiva, a Educação Ambiental contida nos planejamentos ecoturísticos precisa considerar os aspectos da formação natural do local visitado, as transformações de origem antrópica ocorridas ao longo do tempo, que podem ser perceptíveis na paisagem e a importância da manutenção dos ecossistemas na perspectiva global (NOGUEIRA, 2023). Além do contato físico com o ambiente natural, o turista deve ser conduzido a entender as dinâmicas sociais existentes e os efeitos de sua permanência no local visitado.

O Brasil apresenta cenários propícios a prática ecoturística em todas as suas regiões. No contexto da região norte e centro oeste, o rio Araguaia se destaca como um dos principais rios do país, com extensão de 2.627 km, percorrendo os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará (MORAIS et al., 2008; AQUINO et al., 2009; BRAUDES-ARAÚJO et al., 2016). A nascente está situada na Serra dos Caiapós, na divisa de Goiás e Mato Grosso, flui em direção norte, correndo quase paralelamente ao rio Tocantins e desaguardo nele após percorrer cerca de 2.115 km (BORGES, 1987). O rio atravessa tanto o bioma cerrado quanto o amazônico, duas regiões com notável biodiversidade.

Embora apresente grande riqueza de espécies, a maior importância dada ao rio Araguaia no cerrado no contexto nacional é para expansão da fronteira agrícola, principalmente com relação ao cultivo de grãos e na Amazônia, o potencial hidroviário para exportação dos grãos (EGGER et al., 2021; MENDES et al., 2022; SOUZA et al., 2023; OLIVEIRA; MOREIRA, 2023; PEREIRA et al., 2023; BARROS, 2024). As mudanças de uso do solo, como a atividade agrícola convencional, aumentam o desmatamento, provocam o assoreamento e podem afetar negativamente a qualidade da água e a saúde

dos ecossistemas aquáticos, colocando em risco a biodiversidade, as comunidades tradicionais e cidades que dependem do rio para abastecimento hídrico, pesca e lazer (RANGEL, 2005). O incentivo à práticas econômicas sustentáveis permite a estabilidade ambiental, a manutenção dos serviços ecossistêmicos como, polinização, purificação da água e do ar, assegurando a qualidade de vida das populações que dependem desses recursos naturais (LOPES, 2019).

O ecoturismo no rio Araguaia, desenvolvido como uma prática de Educação Ambiental, além de alternativa econômica ao agronegócio, poderá se tornar uma das formas para conter os grandes projetos hidroviários previstos para os próximos anos, bem como fortalecer políticas de conservação e uso sustentável dos recursos. No estado do Pará, a prática turística realizada nas praias sazonais que se formam no rio durante o período de seca, conhecido como "veraneio" são, em sua maioria, predatórias (NASCIMENTO et al., 2013), como pesca esportiva, coleta de quelônios silvestres, desmatamento da mata ciliar para construções temporárias, aumento no uso de embarcações motorizadas, como *jet ski*, lanchas, balsas e catamarãs, além da infraestrutura de iluminação, terraplenagem para instalação de bares, restaurantes, praças, com excessiva produção de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos, que ao final do período, são levados pelas águas no período de cheia do rio.

No estado, o ecoturismo como atividade sustentável ainda é um segmento restrito, embora a maioria dos destinos turísticos sejam em áreas naturais. Planejamentos em Educação Ambiental para a atividade ecoturística são inexistentes e poucos registros são encontrados na literatura (BARRETO et al., 2017). Considera-se que no rio Araguaia existe um potencial para passeios de caiaque guiados em trilhas, valorizando a identidade cultural da canoagem tradicional, que já é parte dos costumes pelos rios amazônicos. Assim, a presente pesquisa se propõe a planejar uma atividade ecoturística de caiaque, por ser um instrumento de uso recreativo e esportivo, que compõe um dos atrativos de diversos pontos turísticos do país. Modelos de ecoturismo semelhantes são aplicados há mais de uma década em regiões costeiras no sul e sudeste do país (GHILARDI; BERCHEZ, 2010; PEDRINI et al., 2008, 2013), sendo alguns deles sem finalidade comercial e exclusivamente com fins educativos (BERCHEZ et al., 2007), operados com apoio de agentes públicos. Estes modelos demonstraram que o planejamento em Educação Ambiental reduz os impactos negativos da atividade, que deve ser continuamente monitorada.

Para isso, este trabalho parte da idealização de uma cooperativa de ecoturismo de base comunitária, que possa aliar uma maior participação social na economia local e por meio da Educação Ambiental, um uso recreativo sustentável do rio, com minimização de impactos negativos sobre a vida aquática e o ambiente físico. O planejamento foi construído por meio de uma matriz de dados sociais, que reuniu documentos, consultas às secretarias municipais e a sociedade civil, com objetivo de estabelecer parâmetros locais para o modelo de atividade de caiaque proposto.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 394-410, 2024.

Procedimentos metodológicos

A cidade de Conceição do Araguaia, no estado do Pará, foi o município para onde se planejou a atividade ecoturística. Tanto por sua localização, às margens do rio Araguaia, quanto por sua importância no cenário turístico do estado. Os principais eventos municipais de cunho sociocultural ocorrem durante o mês de julho, conhecido como veraneio (PARENTE, 2023). A economia predominante é a agricultura de grãos, pecuária, comércio e o turismo, que desde 2017 vem apresentando investimentos significativos. Em 2023 foram gastos em torno de R\$ 4,7 milhões para apresentação de cantores nacionais (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2023). Dentre as atividades oferecidas durante o período, estão os torneios esportivos, como futebol de areia, vôlei de praia e Artes Marciais Mistas (MMA) (PARENTE et al., 2022).

A navegação de caiaque já é uma prática existente no município, mas feita de forma particular e em grande parte voltada para a pesca esportiva. Além desta, existem passeios guiados com barco a motor, em *jet ski*, lanchas motorizadas, balsas motorizadas e catamarãs, com alto custo de acesso e sem qualquer campanha de proteção de áreas sensíveis no rio, de respeito à biodiversidade ou de conservação da qualidade ambiental. Desta forma, a matriz de planejamento foi construída com uso da metodologia de Buarque (1999), a partir de um diagnóstico mediado por entrevistas nas secretarias municipais de turismo, esporte e juventude, de assistência social, habitação e trabalho, de meio ambiente e por consulta a população, com aplicação de um questionário de perguntas fechadas (Anexo) sobre a prática do caiaque para navegação a partir de cenários de conservação ambiental, além de documentos e a legislação pertinente para o estabelecimento de variáveis. Todas estas informações serviram como base para a proposição das ameaças externas e problemas internos, das oportunidades externas e potencialidades internas, referentes ao planejamento da atividade no município.

Resultado e Discussão

Matriz de planejamento

Os problemas e potencialidades internos identificados para a prática do caiaque no município estão listados na Figura 1, os quais serão importantes no aproveitamento das oportunidades externas e na redução ou exclusão das ameaças que colocam em risco as ações planejadas. Essas estratégias devem ser integradas em um plano para maximizar as oportunidades na potencialização da prática do caiaque enquanto minimizam as ameaças identificadas.

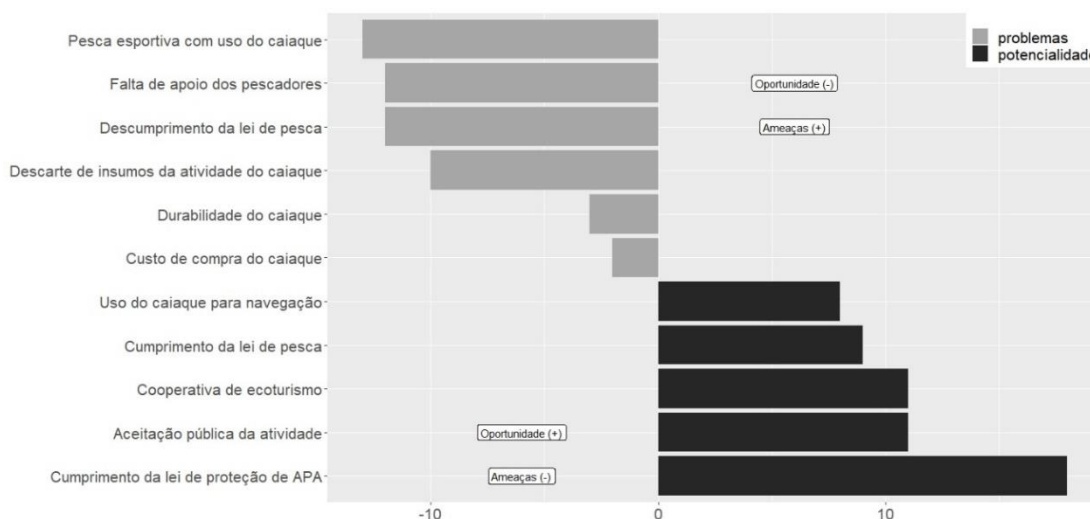


Figura 1: Matriz de planejamento considerando os problemas e potencialidades internos para o fortalecimento da prática de caiaque no município de Conceição do Araguaia-PA, contrapondo as oportunidades e ameaças externas.

Fonte: Autoria própria.

A principal potencialidade da matriz é o cumprimento da lei de proteção da APA (Área de Proteção Ambiental) considerando as margens do rio Araguaia, na cidade de Conceição do Araguaia. O cumprimento desta lei é fundamental para a sustentabilidade das atividades na região, pois, ao assegurar às regulamentações ambientais, estabelece-se, uma base para o desenvolvimento das demais potencialidades, como a aceitação pública da atividade. Com a conformidade legal estabelecida, é possível ganhar a confiança da comunidade local, promovendo uma cultura de apreciação e engajamento com o ecoturismo de caiaque. A partir desse apoio, emerge a oportunidade de formar uma cooperativa de ecoturismo, reunindo esforços para oferecer serviços que valorizem a conservação ambiental e a experiência ecoturística. Além disso, o cumprimento das leis de pesca e a utilização responsável do caiaque para navegação contribuem para a integridade dos ecossistemas aquáticos locais, complementando a oferta de atividades recreativas e fortalecendo a sustentabilidade econômica e ambiental da região.

Sobre as políticas de proteção da APA

A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, conhecida como Código Florestal Brasileiro, é uma legislação que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa, áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal, bem como sobre a exploração econômica de propriedades rurais no Brasil (BRASIL, 2012). Com a finalidade de garantir a proteção dos recursos naturais e a manutenção do equilíbrio ecossistêmico em Conceição do Araguaia, é fundamental assegurar o cumprimento da lei. Ao fazer isso, abre-se uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo de caiaque na região, uma vez aceito pela sociedade, beneficiará tanto os residentes, quanto os visitantes.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 394-410, 2024.

A cidade apresenta um cenário natural vantajoso às práticas de ecoturismo, além disso, a potencialização desta atividade, respeitando os limites ambientais estabelecidos pela legislação, poderá aumentar a consciência de preservação do ecossistema local, contribuindo para garantia do bem-estar das gerações futuras. Na Lei Orgânica do Município de Conceição do Araguaia, Art. 119 (2021), é estabelecido que o uso e conservação da Área de Proteção Ambiental (APA) está descrito em uma política específica, que visa garantir a conservação dos recursos naturais, a manutenção dos ecossistemas locais e o uso sustentável dos recursos naturais presentes na região (CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA, 2021).

Para o planejamento da atividade prática do caiaque, buscou-se informações na Secretaria de Meio Ambiente, detectando-se a ausência de uma normativa específica no âmbito municipal para tal prática. As regulamentações existentes seguem as diretrizes estabelecidas a nível estadual. Isso sugere que as atividades relacionadas ao caiaque devem estar em conformidade com as leis e regulamentos estaduais. Essa integração entre legislação municipal e estadual é essencial para garantir a regularidade e a sustentabilidade da atividade na região.

Quando se trata da prática específica da modalidade de caiaque, é mencionado que o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como coletes salva-vidas e capacetes, são fundamentais para garantir a segurança dos praticantes durante a atividade (BRASIL, 2021). Além disso, a lei ressalta uma distinção entre a prática recreativa e a competição. Para a pesca esportiva, não é exigida uma autorização da secretaria municipal de meio ambiente, mas é necessária a habilitação da pessoa envolvida na atividade. Isso implica que os praticantes devem possuir os conhecimentos e habilidades adequados para exercer a pesca de forma responsável.

Sobre a aceitação pública como incentivo da atividade de caiaque

A segunda potencialidade é a aceitação pública da atividade, a qual foi diagnosticada por meio de questionário respondido por 249 pessoas. Mais de 80% destes são favoráveis a atividade, uma vez que reconheceram os benefícios sociais, econômicos e ambientais que o ecoturismo de caiaque poderá trazer para a comunidade, incluindo a geração de empregos locais, ampliação da consciência ambiental e a valorização dos recursos naturais da região. Além disso, a interação entre os praticantes de caiaque e os pescadores locais pode fortalecer e promover uma maior compreensão e apreciação da importância da conservação ambiental. Dessa forma, a aceitação pública da atividade de caiaque é fundamental para justificar a contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável do município.

A análise da escala de concordância (Figura 2) revelou que a maioria dos respondentes demonstrou maior concordância com relação aos benefícios da prática esportiva do caiaque, tanto em termos de impacto positivo quanto de sustentabilidade ambiental e conservação. Em todas as perguntas direcionadas

sobre o tema, as respostas predominaram para os níveis 4 e 5. Além disso, há uma percepção generalizada de que a atividade pode ser realizada de forma responsável, minimizando o impacto negativo no meio ambiente. Os níveis predominantes de concordância nas faixas 4 e 5 indicam que os respondentes reconhecem a capacidade do caiaque de ser uma prática esportiva em harmonia com a conservação ambiental.

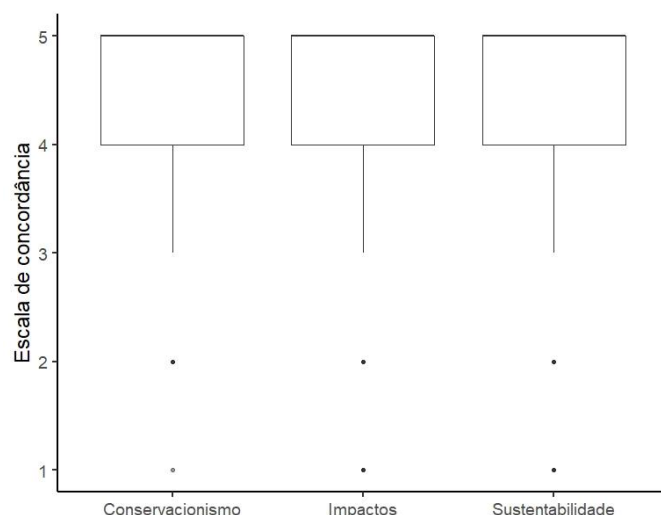


Figura 2: Escala de concordância de aspectos relacionados a prática do caiaque em Conceição do Araguaia-PA. Valores variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Fonte: Autoria própria

Portanto, a análise da escala de concordância aponta para uma forte aceitação e reconhecimento dos benefícios da prática esportiva do caiaque, tanto em termos individuais quanto em relação à sustentabilidade ambiental, sugerindo que os participantes veem essa atividade como uma forma positiva de interação com o ambiente natural. A Figura 3 (próxima página) mostrou que 94% dos respondentes expressaram interesse pela recreação anual na região, enquanto apenas 6% indicaram não estarem interessados. Isso sugere uma demanda significativa por oportunidades de lazer e entretenimento na área, demonstrando um potencial econômico considerável para o desenvolvimento de atividades recreativas.

Em relação aos serviços de aluguel na região, 85% dos participantes responderam afirmativamente, indicando um interesse substancial na disponibilidade de serviços que facilitem a participação em atividades recreativas, como aluguel de equipamentos esportivos ou de lazer (Figura 3). Os 15% que responderam negativamente ainda representam uma minoria, mas também merecem consideração para entender possíveis barreiras ou preocupações em relação a esses serviços.

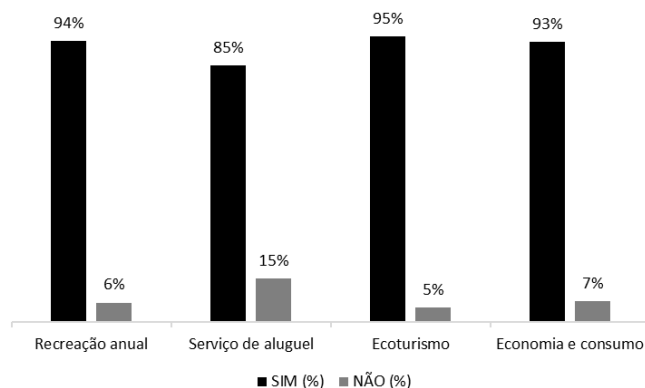


Figura 3: Aspectos questionados à população local quanto ao conhecimento e aceitação da prática do caiaque em Conceição do Araguaia-PA
Fonte: Autoria própria

Quando o foco se volta para o ecoturismo, novamente observamos uma forte inclinação positiva, com 95% dos respondentes expressando interesse nesse tipo de turismo, que valoriza a natureza e busca minimizar o impacto ambiental. A inclusão de trilhas pré-guiadas voltadas para a Educação Ambiental dos participantes será um promotor da mudança de atitudes em relação ao ambiente e uma oportunidade para ampliação do espaço não formal da educação.

Por fim, em relação à economia e consumo consciente na região, 93% dos respondentes demonstraram estar favoráveis a essa abordagem, que promove práticas sustentáveis de consumo e produção. Os 7% que responderam negativamente ainda representam uma minoria, mas também podem fornecer uma preocupação sobre possíveis desafios ou resistências à implementação de políticas e iniciativas de sustentabilidade na área.

Sobre a possibilidade de criação da cooperativa de ecoturismo

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define os princípios e normas básicas do cooperativismo. Essa lei estabelece os requisitos para a constituição de uma cooperativa, os direitos e deveres dos cooperados, além de fornecer diretrizes para sua organização e funcionamento. Além da legislação nacional, existem também regulamentos específicos de cada estado brasileiro, que podem complementar ou adaptar as disposições (BRASIL, 1971).

De acordo com o SEBRAE, as cooperativas de turismo e lazer desempenham um papel fundamental na preservação das comunidades locais. Para a criação de uma cooperativa de ecoturismo, será preciso obedecer a alguns aspectos legais e burocráticos envolvidos na constituição e operação de cooperativas no setor de turismo e lazer. As cooperativas são entidades jurídicas de direito privado, constituídas por meio de um estatuto e uma assembleia de constituição, registrados na junta comercial do estado onde

estão sediadas. Além disso, as cooperativas devem obter registro no CNPJ, indicando sua natureza jurídica específica de cooperativa (SEBRAE, 2022).

Em relação à atividade econômica, as cooperativas devem enquadrar suas operações de acordo com os códigos da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) relacionados ao turismo e lazer. Também é enfatizado que as cooperativas deverão verificar seus registros junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e ao Cadastur, um sistema do Ministério do Turismo que registra pessoas físicas e jurídicas atuantes no setor turístico. (SEBRAE, 2022).

Quanto ao perfil dos cooperados, idealmente, eles devem ser indivíduos interessados em atividades ao ar livre, ecoturismo e preservação ambiental. Além disso, eles devem estar dispostos a colaborar, compartilhar recursos e contribuir para o sucesso coletivo da cooperativa. A diversidade de habilidades e experiências entre os cooperados também pode ser benéfica para a operação eficaz da cooperativa e o desenvolvimento de suas atividades de ecoturismo.

O planejamento da cooperativa para o uso do caiaque exclusivamente para navegação e Educação Ambiental em Conceição do Araguaia, visa promover o turismo sustentável e a preservação ambiental na região. A cooperativa planeja fornecer não apenas aluguel de caiaques, mas também orientação por guias experientes e parcerias com pescadores locais. Além disso, poderão ser oferecidas atividades complementares, como a observação da fauna e flora, formações sobre princípios e processos das transformações ambientais, experiências de imersão com a natureza. Ao unir a conscientização ambiental e a oferta de atividades turísticas responsáveis, almeja-se construir um futuro mais sustentável e enriquecer a experiência dos visitantes. O objetivo é não apenas fortalecer essa prática, mas também contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

A formação de uma cooperativa de ecoturismo poderá ajudar a minimizar os problemas de custo e duração do caiaque de várias maneiras, uma vez que existirá o compartilhamento de custos ao formar uma cooperativa, como os de aquisição, manutenção e armazenamento dos caiaques entre os membros. Isso reduz significativamente o peso financeiro para cada indivíduo, facilitando o acesso a equipamentos de qualidade. Com uso eficiente dos recursos, um caiaque compartilhado é mais utilizado e menos propenso a permanecer parado, maximizando o valor do investimento e reduzindo os custos por uso para cada cooperado. Como uma organização coletiva, a cooperativa pode negociar descontos significativos na compra de caiaques novos, bem como em peças de reposição e serviços de manutenção. Isso ajuda a reduzir os custos iniciais e contínuos associados à operação dos caiaques. Além disso, promover a diversificação de atividades, como passeios guiados, aulas de remo e eventos especiais, ajudará a aumentar a receita e diluir ainda mais os custos associados à operação dos caiaques.

Sobre o cumprimento das leis de pesca e o incentivo do caiaque para navegação

A Portaria SAP/MAPA nº 616, de 8 de março de 2022, estabelece regras e limites claros para a prática da pesca amadora ou esportiva, visando garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Isso inclui a definição dos equipamentos permitidos, limites de captura e transporte de peixes, além da obrigatoriedade do monitoramento da atividade pelos pescadores e organizadores de competições, com o objetivo de assegurar o cumprimento das normas e evitar a exploração predatória dos ecossistemas aquáticos (BRASIL, 2022).

No entanto, em Conceição do Araguaia, a obtenção de uma autorização da Secretaria de Meio Ambiente é mencionada como necessária apenas para competições de pesca esportiva, desobrigando o praticante de pesca esportiva com uso do caiaque de seguir o cumprimento da lei. Esta permissão e ausência de fiscalização fez com que pescadores do município fossem contrários a prática do caiaque para navegação, que se torna uma ameaça para a instauração da atividade. Desta forma, serão necessárias oficinas, envolvendo a prefeitura e o sindicato dos pescadores no sentido de compreender e aceitar a prática do caiaque exclusiva para navegação e atentar para o cumprimento da lei de pesca, independente da atividade, se comercial ou esportiva.

Com o cumprimento da lei, acredita-se que haverá um desencorajamento da prática deliberada da pesca esportiva com uso do caiaque e uma potencialização para o uso do caiaque principalmente para navegação. Acredita-se que o fortalecimento da prática recreativa ao longo do ano representa uma oportunidade significativa para explorar os recursos hídricos da região de forma sustentável. Ao adotar o caiaque como uma alternativa de transporte e lazer aquático, abre-se possibilidades para os moradores locais e visitantes se reconectarem com a natureza.

A navegação em caiaque oferece uma experiência única, permitindo o acesso a áreas de difícil alcance por outros meios, além de promover uma conexão mais profunda com o ambiente aquático e suas paisagens naturais. A instauração do uso do caiaque para navegação não apenas ampliará as opções de atividades recreativas, como também contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental da APA de Conceição do Araguaia.

Cronograma

O tempo necessário para o início da execução da atividade ecoturística nos moldes planejados poderá ser de até um ano, com etapas que podem ocorrer separadamente ou simultaneamente, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1: Cronograma de descrição das atividades relacionadas ao fortalecimento da prática do caiaque no município de Conceição do Araguaia – PA.

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Levantamento das Leis e Regulamentos	x	x										
Identificação dos Recursos Necessários	x	x	x									
Estabelecimento de Parcerias		x	x	x								
Elaboração do Plano de Ação: Desenvolvimento e detalhamento do plano estratégico para orientar as atividades da criação da cooperativa de ecoturismo.				x	x							
Coleta de Dados: criação de trilhas ecológicas ao longo do ano e monitoramento das condições de manutenção, biodiversidade, acessibilidade e impactos ambientais para garantir segurança e qualidade das atividades ecoturísticas.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Oficinas com Prefeitura e Associação dos Pescadores			x	x	x	x						
Criação da Cooperativa de Ecoturismo										x	x	
Desenvolvimento de Materiais Educativos e iniciativas de Sensibilização a Educação Ambiental	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Eventos de Divulgação e Promoção: Agendamento estratégico dos eventos para períodos de clima mais favorável com planejamento de alternativas adaptáveis às condições climáticas adversas e manutenção de informações sobre a possibilidade de mudanças de planos devido às condições climáticas.										x	x	x
Lançamento Oficial da Cooperativa											x	x
Monitoramento e Avaliação Contínua	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Autoria própria

Avaliação estratégica do planejamento

Para potencializar a atividade de caiaque de navegação existente no município, tornando-a uma aliada às práticas de Educação Ambiental, com vistas à conservação, considera-se que a criação de uma cooperativa de ecoturismo com oferta do serviço de caiaque possa minimizar ou até mesmo anular, o principal problema que é o custo de compra e manutenção do equipamento, reduzindo a acessibilidade à prática. Uma vez que todos os estudos levarão a criação desta atividade econômica, são necessárias avaliações constantes no processo de planejamento e de execução da atividade.

A avaliação deverá abranger e estar em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes à operação da cooperativa, especialmente aqueles relacionados à preservação ambiental e Educação Ambiental. É crucial avaliar o cumprimento das leis e regulamentos ambientais, garantindo que todas as atividades estejam em conformidade com as normativas locais, estaduais e federais (BARROS, 2013). Isso inclui a avaliação da obtenção de licenças ambientais, permissões para operação de trilhas ecológicas e qualquer outro requisito legal relevante para as atividades da cooperativa.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, embora não haja menção direta ao ecoturismo, são estabelecidos os princípios e diretrizes para a promoção da sensibilização, sustentabilidade e conscientização ambiental em todos os setores da sociedade brasileira. O ecoturismo, ao envolver atividades recreativas em

ambientes naturais, pode ser integrado à Educação Ambiental, proporcionando oportunidades para a sensibilização sobre a conservação da natureza, educação para a sustentabilidade e conscientização sobre questões ambientais locais e globais (BRASIL, 1999).

A natureza do turismo é de uma atividade econômica e social, com benefícios reconhecidos, mas também de desafios e impactos negativos que poderão trazer consigo, especialmente quando não acompanhado por um planejamento adequado e políticas de desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2007). Além disso, a avaliação deve considerar a disponibilidade e adequação dos recursos necessários para atender às demandas da cooperativa. Isso envolve a análise dos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis, garantindo que existam recursos necessários para se operar de forma eficaz e sustentável.

A avaliação do potencial de parcerias também é fundamental, pois podem fornecer recursos adicionais e conhecimentos especializados, contribuindo significativamente para os objetivos da cooperativa, especialmente no que diz respeito à Educação Ambiental e preservação da natureza. O ecoturismo não é apenas uma atividade econômica, mas também uma ferramenta educativa e de conservação da natureza, baseada na necessidade de conservação ambiental e na promoção de práticas responsáveis que incentivem a participação social eficaz. (BARROS, 2013).

No que diz respeito às atividades de trilhas ecológicas, é essencial realizar monitoramentos regulares das condições de manutenção, biodiversidade, acessibilidade e impactos ambientais. Isso garantirá a segurança e a qualidade das atividades ecoturísticas, ao mesmo tempo em que promove a conservação dos ecossistemas locais. O engajamento com as comunidades locais também deve ser avaliado, garantindo que as oficinas e outras atividades promovidas pela cooperativa estejam alinhadas com as necessidades e interesses das comunidades locais, além de receber *feedback* constante para ajustes e melhorias.

Por fim, o planejamento estratégico das atividades deve considerar fatores climáticos e de mercado, garantindo que os eventos sejam agendados para períodos de clima favorável e que as alternativas sejam planejadas para condições climáticas adversas. Manter os participantes informados sobre possíveis mudanças de planos devido às condições climáticas é essencial para a segurança e satisfação dos envolvidos. A avaliação contínua do desempenho da cooperativa em relação aos seus objetivos é fundamental para o sucesso a longo prazo, incluindo ajustes e adaptações conforme necessário, para garantir a sustentabilidade e eficácia de suas operações.

Referências

ALMEIDA, Isabel, Duarte et al. Turismo e Sustentabilidade. Cogitur: journal of tourism studies, v. Acesso em: **Turismo e Sustentabilidade**.p. 1-17, 2009.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 394-410, 2024.

AQUINO, Samia; LATRUBESSE, Edgardo; FILHO, Edvard Elias de Souza. Caracterização hidrológica e geomorfológica dos afluentes da Bacia do Rio Araguaia. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2009.

BALOGH, Qadar Bakhsh et al. Impact of tourism development upon environmental sustainability: a suggested framework for sustainable ecotourism. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 30, n. 3, p. 5917-5930, 2023.

BARRETO, Elcivânia de Oliveira; LOBATO, Alessandra da Silva; PEREIRA, Pablo Vitor Viana; SERRA, Débora Rodrigues de Oliveira. Caracterização do Turismo de Base Comunitária em Polos Turísticos do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.10, n.1, 113-127, 2017.

BARROS, José, Deomar de Souza. Educação Ambiental no ecoturismo: potencialidades e estratégias de conservação dos recursos naturais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 42-49, 2013.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Dinâmica dos portos graneleiros da soja na Amazônia brasileira: o caso de Santarém e Itaituba, Pará. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 44. 2024.

BERCHEZ, Flávio; GHILARDI, Natália; ROBIM, Maria de Jesus; PEDRINI, Alexandre Gusmão; HADEL, Valéria Flora; FLUCKIGER, Guilherme; SIMÕES, Marly; MAZZARO, Ricardo; KLAUSENER, Christian; SANCHES, Caroline; BESPALC, Paula. Projeto trilha subaquática: sugestão de diretrizes para a criação de modelos de Educação Ambiental em unidades de conservação ligadas a ecossistemas marinhos. **OLAM Ciência & Tecnologia**. Rio Claro/SP, v. 7, n. 3, 2007.

BORGES, D.R.S. **Rio Araguaia, corpo e alma**. Ibrasa, p. 1- 387, 1987.

BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Portos e Costas (DPC). **Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Esporte e Recreio – NORMAM-211/DPC**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2021.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Aquicultura e da Pesca. Portaria SAP/MAPA nº 616, de 8 de março de 2022. Estabelece medidas de ordenamento e monitoramento para o exercício da pesca amadora ou esportiva em todo o território nacional. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 9 mar. Seção 1, p. 6. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 25 de maio de 2012.

BRASIL. **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas e dá outras providências. Brasília, 17 de dezembro de 1971.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 394-410, 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 de abril de 1999.

BRAUDES-ARAÚJO, N.; CARVALHO, R.A.; TEJERINA-GARRO, F.L. Pesca amadora e turismo no médio Rio Araguaia, Brasil Central. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 3, p. 136-150, 2016.

BUARQUE, S.C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: **Material para Orientação Técnica e Treinamento de Multiplicadores e Técnicos em Planejamento Local e Municipal**. 1-104, 1999.

CAMARGO, CESAR. FLORIANO.; COELHO, Silmar, Cardoso, Araújo. Aspectos da educação e da interpretação ambiental no Ecoturismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 14, n. 1, 1-10, 2021.

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Lei Orgânica do Município de Conceição do Araguaia. 2021. **Capítulo III - Do Meio Ambiente. Art.119** - p. 1-104.

EGGER, Daniela da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; LIMA, Francco Antonio Neri de Souza e; COSTA, André Monteiro; AGUIAR, Ada Cristina Pontes. Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas e contaminação por agrotóxicos. **Desenvolv. e Meio Ambiente**. Edição especial - Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas. v. 57, p. 16-54, jun. 2021.

GHILARDI, Natalia Pirani; BERCHEZ, Flavio. Projeto Trilha Subaquática-modelos de Educação Ambiental marinha para o grande público. **Educação Ambiental marinha e costeira no Brasil**. EdUERJ, Rio de Janeiro, p. 71-91, 2010.

JAREÑO, Jose Alberto Crespo. Orígenes e impactos del ecoturismo. **Kalpana**, n. 18, p. 5-32, 2020.

LOPES, Márcia, Helena. **A História da Criação do Parque Nacional do Araguaia**: Disposições e Motivações para a Conservação da Natureza. 231 p., 2019.

MENDES, Adriano Teixeira; OLIVEIRA, Allan Amaral Alves de; FONSECA, Jorge Luiz; CANDIDO, Paulo Rogério; SILVA, Uillicre Jaquison. Estudo de caso das hidrovias brasileiras com ênfase na evolução do transporte de soja e milho no arco Norte. **Anais: Encontro de Gestão e Tecnologia: Sociedade em Mudança, Tecnologias Disruptivas e Cadeias de Suprimentos** - São Paulo, Brasil, 30 de novembro e 01 de dezembro de 2022.

MORAIS, Roberto; OLIVEIRA, Leandro; LATRUBESSE, Edgardo; PINHEIRO, Rúbia. Morfometria de sistemas lacustres da planície aluvial do médio rio Araguaia. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**. v. 27. 1-11, 2008.

NASCIMENTO, Thuanny Paula de Almeida; SANTOS, Maxwel Lima; SANTOS, Karisa Duani Costa; BASSANI, Fabiana. Diagnóstico da geração de resíduos sólidos orgânicos na praia das gaivotas em Conceição do Araguaia – Pa. **Anais:** IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais. Salvador/BA – 25 a 28 de novembro de 2013.

NOGUEIRA, Christiano. Contribuições para a Educação Ambiental crítica. **Revista brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 3: 156-171, 2023.

OLIVEIRA, Elton, Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré-Bahia. **Interações (Campo Grande)**, v. 8, p. 193-202, 2007.

OLIVEIRA, Vanda do Rosário; MOREIRA, Edma do Socorro Silva. Resistência e reprodução social na Vila Geladinho: Frente a construção da Hidrovia Araguaia Tocantins, no município de Marabá-PA. **Anais:** X Encontro da rede de estudos rurais "Terra, fome e poder, desafios para o rural contemporâneo. UFSCar, São Carlos, SP. 27 a 31 de agosto de 2023.

PARENTE, Ester Brito; DA SILVA, Marta Maia; GOMES, Dérick Lima. Entre Afetividades e Contradições: O Cancelamento do Veraneio de Conceição do Araguaia (PA) Durante a Pandemia. **Revista Espaço e Geografia. Brasília**. v. 25, n. 1, p. 264-294, 2022.

PARENTE, Ester, Brito. **Rio Araguaia: Identidade Sociocultural e os Geossímbolos em Conceição do Araguaia-PA**. p. 1- 174, 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PEDRINI, Alexandre Gusmão. Trilhas Marinhas no Brasil; uma Síntese para a Educação Ambiental. **Anais:** II Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas, Rio de Janeiro (RJ), Brasil; outubro de 2013.

PEDRINI, Alexandre Gusmão; DUTRA, Denise; ROBIM, Maria de Jesus; MARTINS, Sonia Liamara. Gestão de áreas protegidas e avaliação da Educação Ambiental no ecoturismo: estudo de caso com o projeto trilha subaquática–Educação Ambiental nos ecossistemas marinhos–no Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil. **OLAM: Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 2, 2008.

PEREIRA, Edir Augusto Dias; BARROS, Óscar Ferreira; HAGE, Salomão; MCCOWAN, Tristan. A Amazônia na rota da colonialidade global: A Hidrovia Araguaia-Tocantins, conflitos de projetos, pluralidade de vozes/narrativas e perspectivas educativas. **Revista Española de Educación Comparada**. n. 43, 174-194, 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia (02/01/2018 A 14/04/2024) – PA. **Governo Transparente**. 2018-2023.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 394-410, 2024.

RANGEL, Mario, Luiz. A influência da urbanização na qualidade da água: Barragem Mãe D'água–Porto Alegre–RS. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina–Universidade de São Paulo**, p. 1-24, 2005.

SEBRAE. **Cooperativas de turismo e lazer ajudam a preservar comunidades**. 2022.

SILVA, Priscila, Varges. A importância da água para a percepção turística na bacia do rio formoso em Bonito-MS. **Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia**, 1-257, 2015.

SOUZA, Reginaldo, Fernandes de; OLIVEIRA, Guilherme Resende; FREITAS, Elines Guimarães; PINHEIRO, Ainglys Cândido; SOUZA, Randolpho Natil de. Agricultura no Cerrado e impactos ambientais decorrentes. **Revista Observatorio de La Economia Latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n.12, 25068-25081, 2023.

WEAVER, David B.; LAWTON, Laura J. Twenty years on: The state of contemporary ecotourism research. **Tourism management**, v. 28, n. 5, p. 1168-1179, 2007.

ANEXO – QUESTIONÁRIO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TEMA: POTENCIALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O ECOTURISMO A PARTIR DO FORTALECIMENTO DA PRÁTICA DE CAIAQUE

DISCENTE: CLÁUDIA LUSIANE DE SOUZA DIAS SANTOS

ORIENTADORA: MARIA ELISA QUEIROZ

1. O caiaque proporciona uma experiência direta com a natureza, promovendo a conscientização sobre a preservação dos recursos naturais ao permitir que os praticantes apreciem a beleza do rio Araguaia. Até quanto você atribui que a prática de caiaque é sustentável?

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

2. De que maneira a prática do caiaque pode contribuir para a compreensão da importância da preservação dos recursos naturais? Avalie o impacto educacional em uma escala de 1 a 5.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

3. Qual o nível de impactos ambientais positivos resultantes da prática do caiaque? Avalie os benefícios em uma escala de 1 a 5:

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

4. Você acha que a prática de caiaque esportivo, não o de pescaria, em Conceição do Araguaia pode ser aprimorada para se tornar uma atividade de lazer e recreação durante todos os meses do ano?

a) Sim () b) Não ()

5. Você sabia que a prática de caiaque esportivo, não o de pesca esportiva, já é uma realidade em Conceição do Araguaia há quase 10 anos?

a) Sim () b) Não ()

6. Se existisse um local em Conceição do Araguaia que oferecesse o serviço de aluguel de caiaques com roteiros turísticos de Educação Ambiental, você se tornaria um/uma adepto(a) desta prática?

a) Sim () b) Não ()

7. Você acredita que a prática de roteiros de Educação Ambiental no rio Araguaia, com uso do caiaque, poderia ajudar a impulsionar o ecoturismo na região de Conceição do Araguaia?

a) Sim () b) Não ()

8. Você acredita que a prática de roteiros de Educação Ambiental no rio Araguaia, com uso do caiaque, poderia ajudar a impulsionar a economia e consumo consciente na região de Conceição do Araguaia?

a) Sim () b) Não ()